



Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Arte
Faculdade de Artes e Museologia
Curso de Bacharelado em Museologia

Taynara Soares do Nascimento Sales

**Documentação na Reserva Técnica de Arqueologia Mário Ferreira Simões,
do Museu Paraense Emílio Goeldi: estudo de caso da coleção AM-IT-#:
Médio Urubu**

Belém – PA

2016

Taynara Soares do Nascimento Sales

**Documentação na Reserva Técnica de Arqueologia Mário Ferreira Simões,
do Museu Paraense Emílio Goeldi: estudo de caso da coleção AM-IT-#:
Médio Urubu**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel em Museologia, Faculdade de
Artes Visuais, Universidade Federal do
Pará.

Área de Concentração: Documentação

Orientador: Prof^a Msc^a Marcela Veiga
Cabral

Co-orientador: Dr^a Helena Pinto Lima

Belém – PA

2016

Taynara Soares do Nascimento Sales

**Documentação na Reserva Técnica de Arqueologia Mário Ferreira Simões,
do Museu Paraense Emílio Goeldi: estudo de caso da coleção AM-IT-#:
Médio Urubu**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel em Museologia, Faculdade de
Artes Visuais, Universidade Federal do
Pará.

Área de Concentração: Documentação

Orientador: Prof^a Msc. Marcela Veiga Cabral

Co-orientador: Dr^a Helena Pinto Lima

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Prof^a Msc. Marcela Guedes Cabral

Universidade Federal do Pará

Prof^a Dr^a Sue Anne Regina Ferreira da Costa

Universidade Federal do Pará

Dr^a Helena Pinto Lima

Museu Paraense Emílio Goeldi

|

Para minha mãe, meus irmãos e minha família drag.

|

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer. Primeiramente a Deus (aquele em que eu acredito) por me dar forças em momentos difíceis e por ter colocado pessoas, que posso chamá-las de anjos, na minha vida e que me ajudaram nessa jornada-vida.

À minha mãe, que sempre pôs os estudos em primeiro lugar na minha vida, e que mesmo com tantas dificuldades, conseguiu me criar com muito amor.

À minha avó que me tem como filha, me apoiando e me dando amor de mãe.

Aos meus irmãos, obrigada por me ensinarem a partilhar desde amor de mamãe à skilhos. Queria que soubessem que tudo que é meu, é e sempre será, de vocês também, somos um time.

Às minhas tias queridas Vaneide dos Santos e Vani do Nascimento, que estavam sempre presentes nos primeiros bolos de aniversário e festinhas de escola, eu sou eternamente grata às senhoras pela força que me deram, tanto psicológica quanto financeira, amo as senhoras.

À família Castor, que pra sempre levarei no meu coração com eterna gratidão, pois quando sempre precisei, a porta da casa sempre esteve aberta pra mim.

À Gleice Camarão, que insiste em dizer que é minha mãe também, minha sincera gratidão por tudo que fez e tens feito por mim.

Ao Alfredo Monção, que sempre acreditou em mim e em meu potencial, obrigada pelo patrocínio do vernissage da exposição curricular da minha turma.

Ao meu namorado, Alex Monção, que durante a construção deste trabalho ficou ao meu lado, sendo totalmente compreensivo, me dando apoio, amor, e docinhos. Te amo, vida.

À minha facção, as “Princess”, que foram o maior presente que a UFPA me deu, que sempre fizeram com que as preocupações de trabalhos, provas, seminários se tornassem mais divertidas com suas companhias:

Bianca Vicente, com toda sua meiguice e sensatez, me guiou e me apoiou sempre que possível.

Bruna Castor, que muitas vezes me emprestou sua casa e sua paciência, sua amizade vai além dos muros acadêmicos.

Carlena Anjos que sempre ri das minhas bobagens, ótima dançarina e estudante preocupada.

À família que é a turma de 2012, as aulas se tornavam mais aconchegantes com a companhia de vocês.

Aos meus queridos amigos Raul Azevedo e Larisse Rosa, pelo apoio, incentivo museológico e a amizade.

À Doriene Monteiro, pela correção do *abstract* deste trabalho e pelos inúmeros convites para tomar sorvete.

Ao Jorge Ohashi, que além de um excelente secretário, é um grande amigo e companheiro de viagem.

À Universidade Federal do Pará, CNPq e Museu Paraense Emílio Goeldi, pela oportunidade que essas instituições me proporcionaram.

Às minhas orientadoras, MSc Marcela Cabral e Dr^a Helena Lima, que tiveram paciência e dedicação à me ajudar na construção deste trabalho. “Me sinto mais segura escrevendo ao teu lado”.

Aos professores do Curso de Museologia da UFPA, em especial Dr^a Sue Costa, Dr^a Flávia Palácios, MSC Luzia Gomes e Dr. Jerônimo Silva, pelos ensinamentos museológicos e para vida. Sempre costumo dizer que existe a Taynara depois e antes da Museologia e vocês foram essenciais para isso. Obrigada.

À grande equipe da Coordenação de Ciências Humanas – Arqueologia, do MPEG:

Maura dos Santos, curadora da RT de Arqueologia, que sempre esteve aberta às minhas dúvidas, com um sorriso no rosto.

Camila Fernandes pelas informações sobre a Reserva Técnica e boas conversas.

Daniele Rodrigues, pelos galhos quebrados e almoços divertidos.

Mayara Mariano pela amizade, dancinhas no Laboratório de Arqueologia e textos acadêmicos.

Às minhas amigas drags que me apoiaram nos meus momentos de aflição e crise existencial.

*Talvez mais do que esteticamente sensíveis, ou politicamente corretos, o que nós devemos mesmo ser é
ativamente bons.*

(José Saramago)

|

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. MUSEOLOGIA E A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	5
2.1. Museologia, Documento e Documentação	5
2.2. Documentação e Patrimônio Arqueológico	12
3. DIRETRIZES DA DOCUMENTAÇÃO NA RESERVA TÉCNICA MÁRIO FERREIRA SIMÕES E A COLEÇÃO AM-IT-#: MÉDIO URUBU	17
3.1. Metodologia	17
3.2. Diagnóstico das Etiquetas usadas na Coleção AM-IT-#: Médio Urubu.....	23
a) Reserva Técnica Mário Ferreira Simões e seus Protocolos de Documentação.....	23
b) Coleção AM-IT-#: Médio Urubu	28
4. NOVAS DIRETRIZES DE DOCUMENTAÇÃO DA COLEÇÃO AM-IT-#: MÉDIO URUBU	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	49

RESUMO

A documentação museológica é uma área do conhecimento que contém técnicas necessárias para organização e comunicação dos objetos coletados (acervo), para a pesquisa e em seguida, o público. A Arqueologia é uma ciência que comporta o registro, do material arqueológico e a relação do homem com o objeto material (interpretação) em períodos distintos e estuda – no âmbito do período pré-colonial da Amazônia – a cultura material de povos indígenas ditos como extintos, objetivando entender seus significados através de informações extrínsecas (contexto espacial) e intrínsecas no objeto (forma, decoração, estilo, aditivo, etc.). Visando a importância da documentação dos materiais do Projeto Arqueológico Médio Urubu (PMU) (AM-IT-#), presentes na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões desde os anos de 1970-80, propondo integrar as informações já existentes com novas diretrizes de catalogação e inventário, este projeto tem como objetivo verificar a potencialidade de informação das fontes mais evidentes para esta pesquisa, que são os relatórios de campo do arqueólogo naturalista Mário Simões. O pesquisador descreveu cada sítio escavado dentro do PMU, além de fotografias, croquis de cada sítio, localização, datas, entre outras informações essenciais, se tratando de coleta de materiais arqueológicos. A pesquisa busca maximização e complemento das informações dos materiais dos 43 sítios escavados. Os materiais estão armazenados dentro de sacos de papel, e neste contém as informações básicas de coleta. O procedimento realizado se trata da criação de uma etiqueta elaborada para fins documentais e foi preenchida com os dados já existentes e/ou informações complementares. O teor dessa pesquisa é importante, pois trata-se da relação dos materiais/objeto/artefatos arqueológicos, e sua documentação e o elo entre os dois suportes de pesquisas nelas presentes, tanto das documentações primárias e as mais recentes. A partir dessa perspectiva a continuação dos estudos e técnicas museológicas no âmbito arqueológico se mantém necessário para esses procedimentos.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico, documentação museológica, reserva técnica.

ABSTRACT

The museological documentation is a field of knowledge which includes techniques necessary for organization and communication of collected objects (collection) for research and then the public. Archaeology is a science that involves the registration of archaeological material and the relation between man and the material object (interpretation) in different periods and studies - in the pre-colonial period of the Amazon - the material culture of indigenous peoples deemed extinct, aiming to understand their meanings through extrinsic (spatial context) and intrinsic information in the object (shape, decoration, style, additives, etc.). Aiming at the importance of documentation of Projeto Arqueológico Médio Urubu (PMU - "Archaeological East Vulture Project") (AM-IT- #) materials, present in the Mário Ferreira Simões Technical Reserve from the 1970s-1980s, proposing to integrate the existing information with new cataloging guidelines and inventory, this project aims to determine the potential of information of the most obvious sources for this research, which are the naturalist archaeologist Mario Simoes' field reports. The researcher described each site excavated within PMU, as well as photographs, sketches of each site, location, dates, and other essential pieces of information, in the case of collection of archaeological materials. The research seeks to maximize and complement the materials information of the 43 excavated sites. The materials are stored in paper bags which contain the basic gathering information. The procedure performed was the creation of a label designed for documentary purposes and filled out with existing data and/or complementary information. The content of this research is important because it is the relation of the material/object/archaeological artifacts, and documentation and the link between the two research supports present in them, both the primary and the latest documentation. From this perspective the continuation of studies and museological techniques in archaeological context remains necessary for these procedures.

Keywords: archaeological patrimony, museological documentation, technical reserve.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Saco de papel usado nas coletas na década de 80.....	21
Imagem 2: Etiqueta elaborada para uso da Coleção AM-IT-#: Médio Urubu.....	21
Imagem 3: Primeira etiqueta elaborada para uso da Coleção AM-IT-#: Médio Urubu.....	22
Imagens 4 e 5: Antigas e novas estantes existentes na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões.....	25
Imagem 6: Vasos escavados, de diversas culturas indígenas, armazenados sob caixas de polietileno.....	25
Imagem 7: Detalhe das estantes rolantes, com etiquetas que mostram a localização das regiões de pesquisas arqueológicas, conforme material escavado.....	26
Imagem 8: Mapa dos sítios encontrados por Mário Simões no desenvolvimento do Projeto Médio Urubu.....	29
Imagem 9: Mapa mostrando os novos sítios encontrados pelo PBU.....	30
Imagem 10: Etiqueta elaborada para uso da coleção AM-IT-#: Médio Urubu..	34
Imagem 11: Exemplo de etiqueta preenchida.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Esquema feito pela técnica Camila Fernandes, responsável da Reserva Técnica Mário Ferreira Simões.....	27
Tabela 2: Parâmetros estabelecidos para acervo arqueológico.....	29
Tabela 3: Relação dos sítios da Coleção AM-IT-#: Médio Urubu e suas caixas correspondentes.....	32
Tabela 4: Relação das nomenclaturas e suas definições.....	39
Tabela 5: Termos autorizados para o preenchimento dos campos da etiqueta.....	40

1. Introdução

Nos Museus é possível encontrar métodos elaborados para administração de acervos e pesquisas científicas e coleções, de diversas tipologias, a fim de salvaguardar, preservar e divulgar as pesquisas com base nesses objetos. Como modo de preservação, as técnicas não se limitam apenas à resguardar o objeto com integridade física, mas também de métodos de documentação, servindo para organizar e administrar o acervo dentro e fora da instituição. (FERREZ, 1994). Essas informações podem ser intrínsecas (dados obtidos observando sua forma, cor, textura, dimensões, etc) e extrínsecas (dados obtidos a partir de pesquisas), ou seja, informações que o objeto por si somente não revela senão por meio de acuradas pesquisas (FERREZ, 1994).

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), desde sua criação, se especializou nas ciências que envolvem o meio Amazônico tanto físico, natural quanto humanístico. Com base em seus acervos voltados para as Ciências Humanas, vem desenvolvendo estudos nas áreas da Antropologia, Arqueologia e Linguística (SANJAD, 2004). O MPEG se mantém referência nacional e internacional de instituição de salvaguarda e gerenciamento de acervos, além das pesquisas científicas e tecnológicas (DE PAIVA, 2014).

Existe um grande acervo dentro da Reserva Técnica de Arqueologia do MPEG, que leva o nome de Reserva Técnica Mário Ferreira Simões. Nela os materiais são registrados e documentados através de um sistema informatizado, que permite o acesso rápido e fácil às peças e às informações sobre elas (PEREIRA, 2009). Porém, se tratando de Projetos Arqueológicos que ocorreram em décadas passadas, a documentação está comprometida por falta de informações ou desatualizada, pois os conceitos arqueológicos passaram por mudanças no decorrer dos anos e os critérios de coleta também variam dependente da situação, lugar, pesquisador e campo (CAMARGO-MORO, 1986).

Com o objetivo de adquirir dados mais completos sobre as características de uma peça, torna-se imprescindível que suas descrições sejam condizentes com o objeto, assim como explanado por Ferreira Penna (1877). Apesar de Ferreira Penna não demonstrar uma preocupação quanto à coleta sistemática dos artefatos, registrou sua descrição criteriosa com cadernos de campo, fichas, etc, para não haver equívocos quanto às interpretações feitas por pesquisadores da área que não tiveram o contato direto com eles.

Quando se trata de um objeto museológico, deve-se levar em consideração a informação que ele carrega consigo, seu contexto histórico-social, antes e depois de ser adquirido pelo museu. Gerir e documentar um acervo museológico são o modo com que se legitima a informação contida nos objetos e nas práticas da instituição. Essas atividades contribuem diretamente para as funções social, cultural e de pesquisa dos museus (PADILHA, 2014).

Nesse aspecto, é preciso ter em mente a importância da documentação museológica, assim como a sua função. Então, pode-se dizer, de forma geral, que a documentação é uma ferramenta emergida de técnicas necessárias para uma ordenação, organização e comunicação dos objetos coletados (acervo), para a pesquisa e para sua difusão junto ao público (BRUNO, 2008).

Consciente disso, verificou-se que há uma necessidade de complementar as informações documentais do acervo de materiais arqueológicos que estão salvaguardados na Reserva Técnica de Arqueologia no MPEG. Porém, por seu longo histórico de pesquisa/coleta, a RT abriga quase 130 mil artefatos e em torno de 2 milhões de fragmentos, e para este trabalho foi realizado um recorte, que abrange apenas uma coleção presente na RT, a coleção AM-IT-#: Médio Urubu.

A Coleção é advinda do Projeto Arqueológico Médio Urubu, coordenado por Mário Ferreira Simões, no final dos anos 1970, a coleção possui a sigla AM-IT-#, cuja identificação refere-se ao Estado do Amazonas, Região/Município de Itacoatiara. Por tratar-se de uma coleção reunida há mais de 30 anos, o material foi coletado com os critérios de coleta da época, e muito

dos dados fornecidos para estes artefatos já não alinham com os conceitos e nomenclaturas usadas pela Arqueologia na atualidade.

A isso considerando, o objetivo geral deste trabalho é pesquisar a documentação referente à coleção PRONAPABA/Urubu (AM-IT-#) e verificar a partir desta as possibilidades de potencialização das informações existentes nas etiquetas, abordadas por Camargo-Moro (1986) como documentação de extensão¹. Nelas estarão escritas informações oriundas dos cadernos de campos e outras documentações primárias produzidas por Mário Simões. Deste modo, este trabalho fez uma ponte entre as primeiras documentações sobre esses objetos, desde anotações de campo à fichas de cadastro, até as novas diretrizes de documentação embasadas em autores e metodologias da Museologia.

As informações de fontes primárias que foram usadas neste trabalho, tratam-se dos materiais de campo e outros, como: fichas do sítio e de coleta/escavação; fotografias; croquis dos sítios; relatórios não publicados etc. Todo este acervo documental encontrado foi digitalizado e organizado, e suas informações irão complementar as etiquetas da Coleção, e estão localizados na sala de documentação Regina Farias, que se trata de um espaço onde são acomodados documentos provenientes das pesquisas arqueológicas do museu.

No primeiro capítulo deste trabalho intitulado “*Museologia e a Importância da Documentação Museológica*”, serão abordadas as ideias dos principais autores trabalhados no que tange os conceitos de Museologia e Documentação Museológica que nortearam a pesquisa. A Arqueologia também será abordado nesse capítulo, assim como os conceitos de patrimônio e patrimônio arqueológico, para assim, relacionar com as diretrizes desse campo da Museologia, aplicados à salvaguarda e documentação de vestígios arqueológicos, baseados na perspectiva desses artefatos como patrimônio.

A metodologia e o diagnóstico da documentação de extensão (etiquetas) da coleção serão apresentados no próximo capítulo, chamado “*Diretrizes da*

¹Trata-se de documentos que possuem conceitos mais expressos, para uso em reservas técnicas ou em exposições (CAMARGO-MORO, 1986).

Documentação na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões: Coleção AM-IT-#: Médio Urubu". A abordagem proposta nesse momento do trabalho é descrever os protocolos de documentação do acervo da Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, além de apresentar a Coleção AM-IT-#: Médio Urubu, na qual será usada como estudo de caso para essa pesquisa. Ainda neste capítulo serão discutidos os dados alcançados, entre eles, percentuais de fragmentos existentes na coleção, campos de preenchimento das antigas e atuais etiquetas.

No terceiro capítulo, "*Novas Diretrizes de Documentação da Coleção AM-IT-#: Médio Urubu*", será realizado a apresentação da nova etiqueta e sua problematização dos campos de preenchimento, propondo uma nova abordagem onde mais se encaixa as informações fornecidas pelo saco de papel e como a documentação primária, produzida por Mário Simões pode acrescentar na etiqueta.

2. Museologia e a Documentação Museológica

2.1. Museologia, Documento e Documentação

O termo Museologia, pontua Mench (*apud*. CERÁVOLO, 2004), pôde ser visto na bibliografia ainda na metade do século XIX, na obra de um certo P.L. Martin, intitulada “*Praxis der Naturgeschichte*” e datada de 1869, contudo, o sentido deste termo na referida obra restringia-se à prática expositiva, mais especificamente na mostra de espécimes naturais. No entanto, enquanto um conjunto de princípios, teóricos e que também aborda aspectos práticos, a Museologia passou a ser discutida somente a partir dos anos 1980, e que ganharam ainda maior notoriedade com a criação do Comitê para a Documentação do ICOM, o CIDOC (CERÁVOLO, 2004).

Em seu aspecto prático, a Museologia, pode ser entendida, conforme Rivière (1981 *apud*. TRINDADE, 2014) que diz ser esta uma ciência aplicada que estuda o Museu e sua história, seu papel na sociedade, além das diferentes formas particulares de pesquisa científica, conservação e documentação do objeto, atividades educativas e gerenciamento de seus acervos. Segundo Loureiro (2005), a Museologia possui duas vertentes: a objetificação, relatada pelo fenômeno do museu, suas características, métodos e técnicas processuais; e tratamentos no âmbito interpretativo, descritivas, regidas a partir do objeto musealizado, à relação dos objetos musealizados e suas representações dentro do contexto histórico e cultural.

No entanto, em uma perspectiva teórica, a Museologia é entendida como “a busca de tudo o que engloba uma atitude específica do homem diante dos objetos (ou de seus valores conceituais)”, uma vez que o objeto de estudo desta “ciência em construção”² é apresentado por Waldiza Rússio, “fato museal”, que é, conforme Bellaigue (2000, *apud* CERÁVOLO, 2004) “uma relação mediadora entre homem e patrimônio”, assim chamando a atenção para os aspectos sociais e políticos da Museologia.

² Termo usado por Cerávollo (2004) para falar da Museologia.

Um dos princípios básicos da Museologia é a musealização do objeto, um processo que pode ser compreendido como a relação dos objetos com o são que pode ser entendida como o processo com que os objetos são reavaliados e adquirem uma nova categoria: a musealidade. Cury (2005) defende que a musealização é um processo que se inicia com o “olhar museológico”, que seleciona o objeto que irá adentrar o museu e faz o recorte contextual.

Cândido (2006) observou que um objeto, a partir do momento em que adentra um museu, perde sua função inicial e passa a ser um documento, porém isso só ocorre quando o mesmo objeto é inquirido de diversas formas, para se obter informações primordiais da história desse objeto. Para Cury (2005) a musealização vai além de transportar objetos de seu contexto e para dentro dos Museus, pois a musealização “se inicia na valorização seletiva, mas continua no conjunto de ações que visam à transformação do objeto em documento e sua comunicação” (CURY, 2005, p. 22).

A interdisciplinaridade da Museologia é clara, pois é uma ciência que se aplica dentro de uma combinação de diversas áreas científicas (biologia, história, sociologia, pedagogia, comunicação, antropologia, entre outros). Dentro de uma das áreas importantes para a cuidado dos objetos musealizados, existe a conservação, e a documentação, que se complementam e são indispensáveis para o tratamento e há um processo indispensável a preservação do objeto.

Smit (2008, p. 11) abordou a documentação de forma mais ampla quando escreveu “O termo documentação tem diferentes significados, seja na linguagem do cotidiano, seja em áreas de especialidade, mas implicitamente sempre remete a uma ação exercida sobre documentos, quer seja sua reunião, análise ou ainda sua utilização”. Podendo assim ser uma ação que envolva o uso de documentos com ou sobre eles, e nesse sentido a autora redige sobre o desafio de trabalhar o tema, por ser facilmente naturalizado por palavras que usamos no cotidiano.

Por isso conceituar documentação e documento se faz necessário, por serem objetos de discussão, e assim não haver confusão com termos naturalizados, mas sim trazê-los para o ambiente acadêmico. Em uma visão mais tradicional e restritivo do que é um documento, Pye (2008) diz que “[...] o documento é definido como resultante de uma inscrição em um suporte, com ênfase na inscrição textual em um suporte papel.

Já Paul Otlet (1868 – 1944), considerado o “pai” da documentação, no início do século XX, tinha uma perspectiva mais abrangente sobre o conceito de documento, já que para ele praticamente tudo é um documento, inclusive os objetos encontrados na natureza. Conceituar documento dessa forma trouxe problemas, até para o próprio Otlet, que nessa mesma época Otlet, em seu “Tratado de Documentação” (1934), define os documentos na condição de registros escritos, gráficos ou tridimensionais que representam ideias ou objetos e que informam. Nessa definição fica muito claro que o documento deixa de ser concebido como um objeto auto-referenciado, passando à condição de representante de ideias ou objetos.

Em 1951, Suzanne Briet lança “O que é a documentação?”, neste texto ela trás o sentido da palavra documento, qual seja, ensinamento ou prova, e afirma que “o documento é uma evidência que apoia um fato”. Ainda afirma que sem registro não há como garantir uma evidência, ou seja, não há como comprovar os fatos. Ele que uma vez registrado, pode ser preservado, garantido sua existência no tempo, e ainda caracteriza o documento como qualquer indicador, seja concreto ou simbólico, preservado e registrado para representar, reconstituir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual.

Em supondo aceita a definição situacional e relativista do documento, é possível passar a detalhar o conceito de documentação. O seu conceito, segundo Loureiro (2008), permite que uma diversificada de áreas do conhecimento e disciplinas possam participar, sendo uma área inter e multidisciplinar. A documentação se mantém essencial dentro de instituições e organizações das sociedades ocidentais, por sustentar a estruturação e desenvolvimento de suas ações. Assim a documentação para Loureiro (2008, p. 24) “[...] parece a base essencial do documentar como elaboração e

implantação de processos analíticos, representacionais e sistêmicos em que fluxos aleatórios de saberes encontram eixos estruturantes para que possam produzir sentido.”

A documentação museológica é composta por um conjunto de técnicas que são capazes de apresentar as informações do objeto de forma ordenada, onde há uma organização e comunicação dos conhecimentos registrados, fazendo com que as informações se tornem acessíveis e úteis (YASSUDA, 2009). Para isso, as ferramentas utilizadas não dispensam, em nenhuma área de atividade, o planejamento estratégico e conhecimento sobre o assunto em questão. Assim, num museu a documentação das coleções/objetos deve ter em conta alguns aspectos essenciais como o método, os meios e a linguagem utilizados que têm por base um conceito comum: a normatização (NASCIMENTO, 1998; MATOS, 2011).

Cabe ao sistema de documentação museológica gerir e organizar seu acervo a partir da entrada, quando são realizados os procedimentos de seleção e aquisição; da organização e controle, referentes aos processos de registro, número de identificação/marcação, armazenagem/localização, classificação/catalogação e indexação; e das saídas, momento da recuperação e disseminação da informação (FERREZ, 1994).

Para Torres (2002, p. 9, tradução nossa), “[...] a documentação que surge em paralelo com as coleções (inventários póstumos, guias de viagem, descrições de gabinetes, catálogos de vendas, etc.) permite o melhor conhecimento das instituições museísticas”. Sendo assim, a documentação se torna uma valiosa fonte de informação, e é importante que sejam documentados logo assim que ocorre a salvaguarda, pois possuem maiores detalhes sobre o histórico da peça, e se não forem registrados, acaba se perdendo com o tempo.

Sobre a importância da Documentação para os acervos museológicos e a constante pesquisa nesta área que permite a otimização das práticas que envolve , o referido autor redige:

É esta documentação que permite aos museus perceber e explicar melhor as evidências materiais humanas e naturais e, por consequência, nos permite uma melhor compreensão sobre o passado. Sem estes novos meios tecnológicos, o trabalho poderia ser feito, mas os recursos necessários seriam enormes e a compreensão da cultura material seria, impreterivelmente, mais lenta e menos qualificada. (MATOS, 2011, p. 8-9)

Ferrez (1994) em seu trabalho concluiu que:

[...] é possível afirmar que a documentação museológica é um dos procedimentos essenciais dentro do museu, pois representa o conjunto de informações sobre o objeto, sendo um sistema de recuperação de dados sobre o acerto, capaz de convertê-los em fontes de pesquisa científica e geradores de transmissão de conhecimento, ou seja, tem como fim, tornar acessível o conteúdo das fontes de conhecimento, através de técnicas como classificar, ordenar, recuperar e difundir, dando suporte a todas as outras atividades museológicas. (FERREZ, 1994, p. 1-2)

A documentação museológica, fomentando a elaboração de modos e sistemas de ordenação e organização das coleções de museus – também pela representação por meio de palavras e imagens – mantém sua relevância no auxílio à memória, à identificação do objeto, ao controle de dados, à pesquisa científica (proporcionando o conhecimento sobre o mesmo em diversas dimensões técnicas) e à disseminação de informações acerca do mesmo (CHAGAS, 1990; FERREZ, 1994, CÂNDIDO, 2006; CERÁVOLO & TÁLAMO, 2000).

Helena Dodd Ferrez (1994), em uma reflexão sobre as práticas documentais museológicas, expõe que os objetos advindos da produção do trabalho humano e de vestígios pré-históricos, passam pela perda e o ganho de informações ao longo de usos, trocas, reparos, etc., e por isso são considerados como objetos testemunhos constituídos de conteúdo acerca de uma dinâmica econômica, social, estética, simbólica, e outras cujo valor não se extingue pela ausência de conhecimento contexto-presencial.

Castro (1988), recobra a perspectiva de Paul Otlet, e afirma que o documento é um suporte de informações, portanto os próprios objetos, como livros, monumentos, etc. No entanto, o objeto museológico necessita de uma

descrição de sua bi ou tridimensionalidade, bem como a sistematização e disponibilização das suas informações. Deste modo Ferrez (1994) considera a documentação de acervos museológicos como sendo:

(...) conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informações capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumento de transmissão de conhecimento.

A documentação primária (registro, fichas, e numeração, etc.) do objeto é necessária para o controle e segurança do acervo permanente dos museus conforme as normas internacionais, porém, não deve ser considerado como produto acabado, e sim, como processo para o desenvolvimento de pesquisas que tenham por objetivo a produção de conhecimento sobre a história social e cultural onde os objetos estão imersos, como também, sua relação com a natureza e o homem, numa concepção educativa da ação documental.

Matos (2011), em um artigo retrata a importância da documentação lança indagações pertinentes sobre o tema, das quais foram destacadas: que museu poderia idealizar, planejar, projetar e realizar uma exposição sem conhecer as suas coleções? Como poderia apresentar um acervo para um público sem saber qual a origem, história daquele objeto? Como redigir uma política de conservação ou de incorporações sem saber o diagnóstico dos objetos da coleção e suas tipologias? Que trabalho no museu pode ser feito sem conhecer a coleção que aquele detém?

Difícil responder a essas perguntas sem imaginar uma abordagem profunda de documentos, descrições, inventários, gestão de coleções, tudo que envolva o trabalho de documentar. Nesse sentido, logo após o final da II Grande Guerra foi criado, o International Council of Museums (ICOM), um comitê internacional para debate da documentação de coleções museológicas tendo como principal objetivo a defesa do patrimônio.

A criação do Centro Intercultural de Documentación (CIDOC) em 1950, foi resultado do trabalho e preocupações sentidas pelo Centro de Documentação do ICOM, e constitui um marco importante na história da

documentação em museus. É dentro desta instituição que começam a discutir os problemas relacionados com o assunto e a criar textos com recomendações e regras básicas para registo e catalogação de objetos que ainda hoje são referência para o desenvolvimento dos trabalhos de documentação museológica (MATOS, 2011).

2.2. Documentação e Patrimônio Arqueológico

A Arqueologia como ciência que comporta basicamente o registro, o material arqueológico e a relação do homem com o objeto material e sua interpretação em períodos distintos (CHILDE, 1961; FUNARI, 2003; TRIGGER, 2004), estuda no âmbito do período pré-colonial da Amazônia a cultura material de povos indígenas ditos como extintos, objetivando entender seus significados através do máximo de informações extrínsecas (contexto espacial) e intrínsecas no objeto (forma, decoração, estilo, aditivo, etc.).

Além de ser uma ciência que tem como objetivo revelar o passado do ser humano através da reconstituição dos vestígios de sua cultura material, de dados empíricos encontrados na forma de artefatos, utensílios, monumentos, ruínas de cidades, aldeias e outros, que representam formas culturais das várias fases da humanidade, não registradas em documentos escritos (MARCONI & PRESOTTO, 2007; PROUS, 1992).

Nessa perspectiva, a Arqueologia proporciona os elementos necessários sobre a peça para que se possa fundamentar o entendimento sobre os objetos, suas funções, ou seja, o contexto em geral. Enquanto que a documentação museológica usufrui das mesmas características para constituir e ordenar um quadro de sistemas de informações referentes, de modo a facilitar o controle e o acesso às mesmas (DE PAIVA, 2014). Basicamente as informações contidas nas documentações do patrimônio arqueológico, são relativas à: proveniência; área de escavação; área de coleta de material; dimensões do objeto; características plásticas e pintadas (geralmente atribuídas à decoração); e as informações relativas ao contexto de paisagem dos sítios (FUNARI, 2003).

É importante ressaltar que até meados dos anos de 1960 a Arqueologia era considerada como área auxiliar cujo propósito se continha apenas na atividade de compor coleções e fazer a descrição e classificação de objetos antigos (FUNARI, 2003). Entretanto, seu campo de estudos vai muito além da técnica; ele procura reconstituir o processo de construção do mundo atual concomitantemente às possíveis relações dos seres humanos com esse meio e

entre si, tendo em vista nós como criaturas de nosso ambiente social e de nosso tempo (CHILDE, 1961).

Segundo Guapindaia (2004), a remontagem dos aspectos históricos humanos pode ser debatida através de três fatores: as ideias, o comportamento e os objetos físicos. A Arqueologia aborda o passado humano essencialmente por meio do objeto físico, da cultura material e todo seu conteúdo informativo. Os processos de documentação de artefatos arqueológicos mudaram de metodologias e foram melhoradas com o passar do tempo e de acordo com os interesses e objetivos de pesquisas desenvolvidas na área. As descrições, sejam técnicas ou icnográficas, ou mesmo as documentações administrativas que envolvem os objetos, facilitando o acesso às informações e desenvolvimento de pesquisas em torno do mesmo (DE PAIVA, 2014).

No entendimento de Mário Chagas, o patrimônio é “[...] um conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa.” (Chagas, 1994, p.40). A noção de patrimônio ligado aos museus surgiu há cerca de dois séculos, e o conceito era bastante limitado, estando relacionado com vestígios da civilização material do homem (CHOAY, 2001), mas que com o passar do tempo, se transformou consideravelmente.

Patrimônio hoje é compreendido como o produto de uma seleção consciente ou não, e que é herdado coletivamente, onde sempre haverá um sentimento de direito por parte das gerações posteriores, pois, segundo Josep Ballart, a noção de patrimônio se constrói “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seu um objeto ou um conjunto de objetos”. (BALLART, 1997, p.17).

Cabe salientar que esta identificação hoje é ampliada, permitindo a compreensão de patrimônio imaterial. Nesta perspectiva, os seres humanos, tanto individual como coletivamente, atribuem ao legado do passado e aos bens patrimoniais um valor de apreço individual ou social em um contexto histórico-social da época. Assim, neste

sentido, de acordo com a definição de Prats (1997), o patrimônio pode ser entendido como uma construção social.

Lévi-Strauss (1958), acreditava nas possibilidades dos museus antropológicos como ferramenta de pesquisa. Mesmo na década de 50, ele se mostrou vanguardista quando descreveu o museu de antropologia ou etnologia como um prolongamento do trabalho de campo. Para ele, era um espaço para treinamento e servir para trazer sensibilidade aos futuros etnógrafos e, também serviria de laboratório voltado não apenas para a coleta de objetos, mas também para o estudo sistemático de línguas, crenças, atitudes e personalidades, enfim, para compreender homens.

A partir da Revolução Francesa as nações modernas passaram a ter estruturas de legitimação do discurso do Estado-Nação. Sendo assim, o início da construção do conceito de patrimônio, tendo como base a ideia de monumento histórico. Logo depois, no século XIX, surgem na Europa as primeiras leis e regulamentos para a salvaguarda de monumentos e a criação de organismos e instituições (CHOAY, 2001). Além dos monumentos, temos as belas artes, a arqueologia e a etnologia. Os museus públicos, filhos do pragmatismo do século XVIII, foram então concebidos para salvar, coletar, pesquisar e preservar um patrimônio nacional (WICHERS, 2010).

A lei nº 3.924 foi sancionada no Brasil em 1961, que se trata da proteção ao patrimônio arqueológico, onde “os sítios arqueológicos (e seu conteúdo cultural) são considerados bens patrimoniais da União.” (Art. 7º). Portanto, os milhares de vestígios arqueológicos precisavam de uma permissão para a realização de pesquisas arqueológicas, e esse trabalho ficou a cargo da Coordenação de Arqueologia do antigo SPHAN, hoje IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que criou a portaria nº 7/1988, que orienta o recebimento dos pedidos de autorização de pesquisas arqueológicas (WICHERS, 2015).

A Identificação e a Documentação se constituem em vertentes da GPA (gestão de patrimônio arqueológico) que estão em constante relação dialética e se caracterizam pelo desenvolvimento de ações que visam ao reconhecimento dos bens arqueológicos em toda a sua multiplicidade, ou seja, a definição daquilo que será objeto de proteção e valorização. Uma vez reconhecidos, devem ser

transformados em documento, entendendo por documento, um conjunto de registros e informações organizadas que são portadoras de significado sócio-cultural. Este acervo de bens e seus produtos, constituem o patrimônio arqueológico e a base para a preservação e resgate da memória assim como para o desenvolvimento da Ciência da cultura e da construção da Cidadania e da Identidade Nacional (PARDI, 2002, p. 133).

Esse consentimento do direito de pesquisa arqueológica que é conferido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ocorre de duas maneiras diferenciadas, em função dos agentes que solicitam tal direito: sob a forma de permissão, no caso de particulares, ou sob a forma de autorização no caso de instituições científicas públicas (federal, estadual e municipal). Em ambos os casos é necessária a formulação de um projeto de pesquisa, normatizando, assim, as atividades das equipes de Arqueologia, tanto na esfera particular quanto na pública (WICHERS, 2010).

Os registros de materiais arqueológicos, segundo Pye (1984) devem iniciar na escavação, quando o pesquisador/coletor localiza o sítio. Esse registro deve ser o mais completo, pois toda informação é necessária e precisa acompanhar o objeto, desde o sítio até o laboratório e/ou reserva técnica. Além de que essas informações necessitam ser concisas e abranger não somente o objeto mas incluir as observações de campo, como o contexto arqueológico, condição do solo, método de salvamento e seus primeiros procedimentos, e para se tornar mais completo, o registro deverá incluir os métodos e resultados das análises.

A ação de documentação inicial do patrimônio arqueológico, no Brasil, é norteada pela Ficha de Registro dos Sítios Arqueológicos (ANEXO 1), que por mais de 06 anos foi estudada e testada por profissionais, tanto científicos quanto técnicos da área, até que a ficha foi regulamentada pela Portaria IPHAN nº 241 de 19/11/98. Esses registros, uma vez revisados e confirmados, podem ser agregados ao banco de dados que compõem o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

Nesse contexto, inclui-se a utilização da documentação para o reconhecimento e guarda de informações pertinentes ao objeto. Estas

auxiliadas por ciências abrangentes nas formas de comunicação e informação, são pensadas ao controle das coleções e disseminação do conhecimento e entendidas como ponto a ser trabalhado quando se tem o museu como espaço de relação e circulação de dados acerca do conteúdo significativo em seu interior (SCHEINER, 2005).

Os processos documentais arqueológicos do objeto passaram por diversas modificações metodológicas ao longo do tempo e que foram aperfeiçoadas de acordo com os interesses e objetivos das pesquisas desenvolvidas na área. Sua descrição técnica e de localização facilitam o acesso às informações no desenvolvimento de pesquisas em torno do mesmo. Basicamente as informações são relativas à: proveniência; área de escavação; área de coleta de material; dimensões do objeto; características plásticas e pintadas (geralmente atribuídas à decoração); e as informações relativas ao contexto de paisagem dos sítios (FUNARI, 2003).

Segundo Bezerra e Silva (2009), ultimamente vem ocorrendo um problema nos museus e reservas técnicas no Brasil: o acúmulo de material arqueológico em salas ou coleções sem tratamentos e análises e sem conservação adequada. Porém o motivo para que isso aconteça não se deve a falta de empenho ou interesse dos profissionais da área, mas sim, no caso do Brasil, por decorrência do atual quadro em que se encontra o investimento em pesquisas³ e curadoria de coleções, e à carência de pessoal técnico qualificado para fazê-lo.

³A falta de investimentos em pesquisa científica na Amazônia foi a principal denúncia da 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que aconteceu de 8 a 13 de junho de 2007, em Belém, e cujo tema foi Amazônia: Desafio Nacional.

3. Diretrizes da Documentação na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões e a Coleção AM-IT-#: Médio Urubu

3.1. Metodologia

Diversos autores afirmam a necessidade do uso de sistemas informatizados para o armazenamento de informações em banco de dados (CAMARGO-MORO, 1986; STONE, 1984; PADILHA, 2014; FERREZ, 1994; PARDI, 2002). Além da lei vigente do Estatuto Brasileiro de Museus, lei nº 11.904/2009 no que se refere ao acervo do museu, Capítulo II, Seção II, Subseção IV - Dos Acervos dos Museus:

- **Art. 39.** É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

Segundo Padilha (2014) e Stone (1984), esse sistema tem como objetivo de organizar e de possibilitar a recuperação da informação contida em seu acervo e deverá ser possível o arquivamento de informações que possa gerir e organizar o acervo/objeto a partir da:

- **entrada**, quando são realizados os procedimentos de seleção e aquisição;
- **organização e controle**, relativo aos processos de registro, número de identificação/marcação, armazenagem/localização, classificação/catalogação e indexação;
- **saídas**, momento da recuperação e disseminação da informação.

Segundo Novaes (2000),

Um museu que não possui suas coleções devidamente documentadas não poderá cumprir suas funções de gerador, comunicador e dinamizador de conhecimento junto ao patrimônio e à sociedade, enfim não será útil a seu público. (NOVAES, 2000, p.44)

No geral, o objeto precisa ser documentado de modo mais completo possível, dentro das suas múltiplas possibilidades de informação. Na maioria das vezes, encontra-se maior facilidade na recuperação de informações intrínsecas ao objeto, uma vez que se trata da descrição física, do que das informações extrínsecas, tendo em vista que é necessário recuperá-las por meio de outras fontes e que nem sempre são encontradas e, por isso, acabam não sendo registradas (PADILHA, 2014).

Nos Museus, o registro inicial de objetos tem como objetivo, segundo Stone (1984),

[...] proporcionar, em uma fonte, todas as informações conhecidas sobre o objeto, incluindo referências cruzadas para outros arquivos, como registros de tratamento de conservação, os números de fotografias e localidade de arquivos (STONE, 1984, tradução nossa).

Segundo Camargo-Moro (1986) é possível em um sistema de acesso rápido à informações que ocorra algumas imperfeições e erros que necessitam de correção. Para saber se será preciso refazer todo o sistema ou apenas trocar alguns campos é preciso estudar o Livro de Tombo ou de Registro, levantar todo o tipo de documentação existente, analisar as diversas etapas, além de fazer uma comparação da documentação com a peça. Para isso é preciso recorrer ao seguinte método:

- ter uma ideia de conjunto lendo a documentação existente e analisando a peça em função da documentação e vice-versa;
- comparar o Livro de Tombo, a ficha de registro, a ficha classificatória e as demais fichas, e anotar os erros à lápis;
- estudar a situação do Livro de Tombo ou de Registro;
- discutir o caso com os demais membros do corpo técnico envolvidos no assunto;
- estudar uma nova ficha e começar uma extensa amostragem para ver se é ideal.
- comparar os dois sistemas, e retificar o novo em tudo que se fizer necessário;

- não esquecer de anotar nas fichas novas, as referências antigas.

No caso desta pesquisa, o Livro de Tombo ou de Registro não será modificado, mas sim as etiquetas usadas para armazenamento de informações de campo. Assim, a metodologia de Camargo-Moro (1986) será redirecionada para a correção das etiquetas usadas dentro da RT. Para Camargo-Moro (1986), etiqueta é:

[...] o documento sumário de decodificação de uma peça e é usada para identificação do acervo em todos os setores do museu. A etiqueta pode ter como suporte qualquer tipo de material (papel, madeira, tecido, acrílico, metal, estuque, alvenaria). Sua descrição pode ser feito à mão, ou impressa nas mais diversas técnicas, sempre com tinta indelével [...] (CAMARGO-MORO, 1986).

É importante ressaltar que na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões existem outras etiquetas que não são de uso para sacos onde são salvaguardados cacos de cerâmica, também conhecidos como fragmentos. Peças inteiras ou semi-inteiras recebem uma etiqueta própria, pois geralmente esses objetos são mais propícios a serem usadas em exposições, e suas etiquetas também são utilizadas para essa finalidade. Camargo-Moro (1986) retrata a diferença dessas etiquetas, como:

A primeira trata-se das etiquetas que é documentação usadas de apoio e complementação da peça ou conjunto de peças em uma exposição; a segunda é relativa à documentação de difusão e ampliação externa do acervo, e de conceitos expressos usados para comunicação do acervo com as pesquisas e localização do material na reserva técnica (CAMARGO-MORO, 1986, p.).

Nessa perspectiva, o conceito de etiqueta usado neste trabalho será baseado nos requisitos que se encaixam na segunda ideia de etiquetas. Sendo assim, essa pesquisa teve início com o contato com a documentação primária referente a Coleção AM-IT-#: Médio Urubu (que será abordada mais adiante neste capítulo). Com o acesso à essa documentação, deu-se a possibilidade de avaliar em quais âmbitos a etiqueta usada nos sacos de fragmentos dessa coleção estavam de acordo ou não com as informações trazidas pelo pesquisador/coletor Mário Simões.

Com o acesso à documentação primária dos sítios escavados no âmbito do Projeto Médio Urubu/PRONOPABA, ocorreu inventariar os mesmos em uma tabela com os seguintes campos: sigla do sítio escavado; nome do sítio escavado; localidade; município; data da pesquisa/escavação e o responsável por ela (Anexo 2). O preenchimento desse inventário adveio baseado nas anotações de Mário Simões, portanto, o campo de localidade não possui dados como os de GPS⁴, pois esta tecnologia ainda não era usada para meios científicos e as escavações do projeto foram realizadas há mais de 30 anos.

A próxima etapa se constituiu em analisar os sacos de papel (Imagem 1) onde estão salvaguardados os fragmentos da coleção. Esses sacos foram importantes para essa pesquisa, pois são neles que se encontram as informações de campo, e também aqueles dados que são possíveis de se obter apenas em laboratório, como antiplástico e oxidante e/ou redutor (esses conceitos usados pela Arqueologia serão abordados mais adiante, ainda neste capítulo). Ao analisar os sacos, houve a viabilidade de observar se as informações que estavam nele registrados condiziam com as peças dentro deles, assim, a cada dado que não correspondia era assinalada no verso da etiqueta que foi produzida no primeiro momento desta pesquisa.

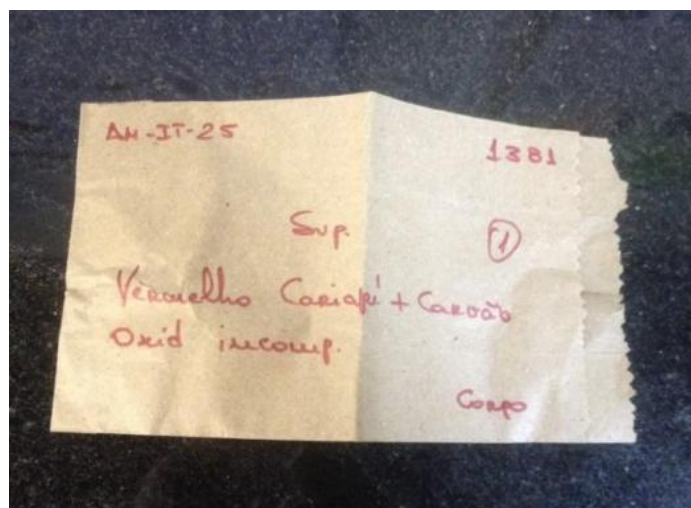


Imagem 1: Saco de papel onde eram armazenadas as cerâmicas coletadas na década de 80. Foto: Taynara Sales.

⁴ O sistema de posicionamento global (*global positioning system*, GPS) é um sistema de posicionamento por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição, assim como informação horária, sob quaisquer condições atmosféricas, a qualquer momento e em qualquer lugar na Terra, desde que o receptor se encontre no campo de visão de três satélites GPS (quatro ou mais para precisão maior).

Assim, a criação de uma etiqueta (Imagem 2) resultou da pretensão de preencher as lacunas e corrigir quaisquer erros encontrados. Porém, com o aprofundamento nas pesquisas metodológicas e observando outras etiquetas usadas no Museu, que apesar de ter a mesma finalidade/função, sendo semelhante, mas que não segue um padrão. Certa etiqueta usada na RT chamou atenção por aparentar possuir campos de informação mais completos, especificando de maneira mais precisa as características que um ou um grupo de fragmentos possa ter.

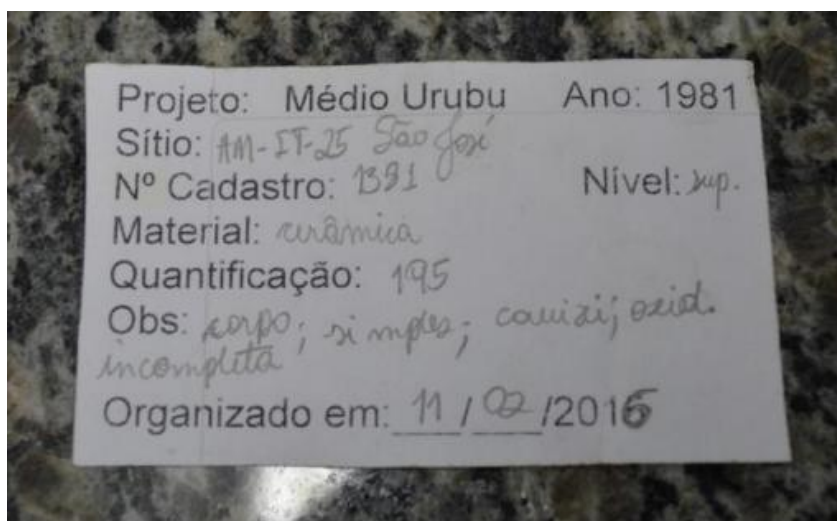


Imagem 2: Etiqueta elaborada para identificação de materiais provenientes dos sítios do Projeto Médio Urubu. Foto: Taynara Sales.

Baseada na etiqueta (Imagem 3) desenvolvida pela coordenadora de laboratório do Projeto Arqueológico Carajás (PACA) Hannah Fernandes no desenvolvimento de uma nova etiqueta, que foi adaptada para a Coleção AM-IT-#: Médio Urubu. As adaptações são necessárias, pois os projetos se dão em contextos distintos, tanto em âmbitos de tempo, quanto de critérios usados na época, além de conceitos da Arqueologia que mudando alguns aspectos, porém as etiquetas se darão em um mesmo padrão.

LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DA UHE-BELO MONTE, RIO XINGU (PA)
Data:
Sítio:
N° de cadastro:
Material:
Natureza:
Antiplástico:
Decoração:
Quant.:
Obs:

Imagem 3: Etiqueta desenvolvida no laboratório de Arqueologia do MPEG, que serviu como base para a criação da proposta de etiqueta para uso na Coleção AM-IT-#: Médio Urubu. Fonte: Hannah Fernandes.

Segundo Felix e Pazin (2010, p. 54), “todos os procedimentos utilizados na área de documentação museológica devem ser padronizados”. Os padrões podem até mudar de museu para museu, mas em cada instituição deve ser criada um padrão e segui-los. Ainda sobre os padrões de documentação em museus:

Quando um padrão não for adequado ou tornar-se obsoleto ele pode ser revisto e substituído. O que deve ser evitado, no entanto, é a criação de adaptações pessoais que irão, certamente, dificultar a compreensão dos processos por outras pessoas necessariamente envolvidas com a gestão da coleção. As normas devem ser escritas e conhecidas por todos (FELIX E PAZIN, 2010, p 55).

3.2. Diagnóstico das Etiquetas usadas na Coleção AM-IT-#: Médio Urubu

a) Reserva Técnica Mário Ferreira Simões e seus Protocolos de Documentação

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) foi criado na segunda metade do século XIX, conforme o padrão do Museu Nacional do Rio de Janeiro, pensado e dirigido pelo naturalista Domingo Soares Ferreira Penna (Barbosa, 2011). Entre seus objetivos estava coletar o máximo de peças etnográficas e arqueológicas para compor um acervo relacionado à identidade amazônica, procurando preservar e estudar os objetos provenientes da região. A Instituição, que inicialmente, foi intitulada como Associação Filomática, visava à criação de um polo científico de história natural e do homem na Amazônia.

Recentemente Edith Pereira (2009) relatou em um estudo, também sobre a história da Arqueologia na instituição, e se deteve aos anos de 1991 à 2008, somando 17 anos de pesquisas arqueológicas. A autora destaca o interesse dos pesquisadores pela Arqueologia Amazônica e retrata os estudos da área em pesquisas que foram realizadas durante esses anos, as ações de educação patrimonial, os recursos humanos, a infraestrutura e o acervo, prêmios e outras ações.

Pereira (2009) também ressalta a importância de estudos arqueológicos produzidos através do acervo existente na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, esses coletados e que formaram coleções no final do século XIX e início do século XX:

Dentre os estudos realizados com as coleções do acervo arqueológico do Museu Goeldi, destacam-se as contribuições de Guapindaia (1993) sobre os Tapajó, realizado a partir da coleção cerâmica formada por Frederico Barata; de Rosa (2003) sobre as coleções de cerâmica tapajônica formadas por Charles Townsend e Frederico Barata; de D'Aquino (2001, 2003) sobre os cachimbos cerâmicos de Alenquer e Santarém; de Fonseca Jr. (2004) sobre os ídolos de pedra; e de Martins (2007b) sobre a coleções formadas por Protásio Friel. (PEREIRA, 2009, p. 180).

A Coordenação de Ciências Humanas (CCH) do Museu Goeldi teve a sua base física transferida do Parque Zoológico para o Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, em 1996. As novas instalações foram construídas visando dar melhor infraestrutura para os pesquisadores e para o acervo. Salas foram criadas para pesquisadores, técnicos e bolsistas, além de laboratórios viabilizados para as análises dos materiais arqueológicos coletados, um laboratório de restauração e um salão onde ficam salvaguardados provisoriamente os materiais, onde são processados inicialmente e analisados até serem dispensados para a Reserva Técnica. Isso tudo forma o pavilhão de Arqueologia da CCH, que possui o nome de “Pavilhão Mário Simões”. (PEREIRA, 2009).

Já no ano de 1997, a Reserva Técnica, que recebeu o nome de Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, ficou pronta e todo o acervo arqueológico foi transferido para o novo prédio. A sala que possui 360m², reúne todo o acervo arqueológico do MPEG, e que possui todo um aparato de salvaguarda e acondicionamento, que apesar de não estarem dentro dos parâmetros ideais, a equipe vem buscando melhores diretrizes de documentação e conversação para a RT.

O acervo arqueológico do Museu Goeldi vem crescendo continuamente ao longo dos anos, seja por meio de peças provenientes das pesquisas acadêmicas, de contrato ou doações. Atualmente, o acervo da instituição ultrapassa dois milhões de itens, entre fragmentos, peças inteiras e semi-inteiras. E cabe destacar que algumas das mais importantes coleções arqueológicas da Amazônia estão sob a sua guarda.

Os materiais arqueológicos presentes na RT variam entre vasos, vasilhas e urnas funerárias em cerâmica; líticos como pontas de flecha, machados, pilões; e muitos fragmentos, como cacos de cerâmica, líticos, amostras de solo, entre outros; além dos materiais de cunho osteológico, e estão salvaguardados em estantes de ferro, com prateleiras do mesmo material. Recentemente, mais precisamente no ano de 2015, novas estantes foram implementadas na RT, essas que são do mesmo material, porém com

sistema de rolamento, onde a pessoa que manipula o material “tranca” a estante (Imagens 4 e 5).



Imagens 4 e 5: Antigas e novas estantes existentes na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões. Foto: Taynara Sales.

No caso de materiais de maiores dimensões, como urnas funerárias em forma de vaso, apliques decorados, vasilhas, dentre outros, estes ficam alocados sob suportes feito em espuma de polietileno expandido recortados, como a forma da base do objeto, de modo a permitir seu melhor encaixe e sustentação (Imagem 6).



Imagem 6: Vasos escavados, de diversas culturas indígenas, armazenados sob caixas de polietileno. Foto: Taynara Sales.

Os critérios de armazenagem dos materiais vieram sendo modificados com a implementação das novas estantes, que possui sistema de rolagem,

para melhor manuseio dos objetos salvaguardados. Depois do sistema informatizado, criado no programa Access, a curadora da Reserva Técnica, Maura dos Santos reuniu com os técnicos que trabalham na RT, e decidiram então, que os materiais arqueológicos seriam organizados por região em que foram escavados. Assim, cada armário possui um adesivo (Imagem 7) que indica de qual região pertencem os artefatos ali armazenados.

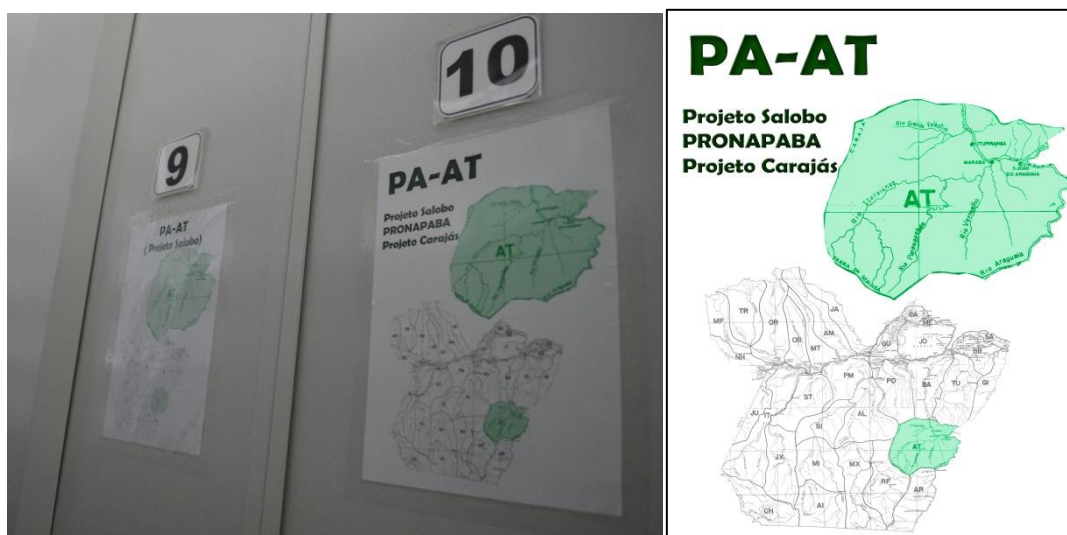


Imagem 7: Detalhe das estantes rolantes, com etiquetas que mostram a localização das regiões de pesquisas arqueológicas, conforme material escavado. Foto: Taynara Sales.

Os armários também possuem uma sinalização própria, os quais se tratam de número e letra e cada prateleira possui um algarismo romano para identificação (Tabela 1), utilizando assim, o sistema de numeração conhecido como alfanumérico, que trata-se da codificação elaborada a partir de letras e números. Essas sinalizações são necessárias para a armazenagem de informação sobre a localização das peças na RT, inseridas no sistema informatizado. Vale salientar que todas essas diretrizes de armazenamento e documentação usadas pela curadora da RT, foram baseadas no livro “Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos”, de autoria de Mário Ferreira Simões e Fernanda Araújo-Costa, escrito no ano 1978.

1F	2F	3E	4E	5E	6E	7F	8F	9F	10F	11F	12F	13F	14F	15F	16F	17F	18F	19F	20F	21F	22F
1E	2E	3D	4D	5D	6D	7E	8E	9E	10E	11E	12E	13E	14E	15E	16E	17E	18E	19E	20E	21E	22E
1D	2D	3C	4C	5C	6C	7D	8D	9D	10D	11D	12D	13D	14D	15D	16D	17D	18D	19D	20D	21D	22D
1C	2C	3B	4B	5B	6B	7C	8C	9C	10C	11C	12C	13C	14C	15C	16C	17C	18C	19C	20C	21C	22C
1B	2B	3A	4A	5A	6A	7B	8B	9B	10B	11B	12B	13B	14B	15B	16B	17B	18B	19B	20B	21B	22B
1A	2A					7A	8A	9A	10A	11A	12A	13A	14A	15A	16A	17A	18A	19A	20A	21A	22A
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22

Tabela 1: Esquema feito pela técnica Camila Fernandes, responsável da Reserva Técnica Mário Ferreira Simões.

Esses novos parâmetros adotados pela equipe da RT não abrangeu a Coleção AM-IT-#: Médio Urubu, pois a implementação ocorre de forma graduada e sistemática, abarcando a priori, os materiais escavados no Estado do Pará. Por enquanto, as caixas com material da Coleção AM-IT-#: Médio Urubu ainda estão nas antigas estantes, e ainda vão passar pelo processo de implementação do novo protocolo da RT, porém na medida em que as novas estantes forem instaladas, o restante dos materiais também serão introduzidos no novo protocolo.

A Reserva Técnica possui equipamento climatizado, procurando estabelecer um padrão de temperatura, assim como medidores da umidade relativa do ar. O controle do ambiente é monitorado por meio de desumidificadores, termohigrômetros e termohigrográfos (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 2002). No entanto, os números alcançados não são os mais adequados, muito menos ideais, já que segundo Feliz e Pazin (2010) os parâmetros de conservação para esses materiais são de:

SUPORTE/MATERIAL	UMIDADE (%)		TEMPERATURA		LUX	RISCOS
	MÁX.	MÍN.	MÁX.	MÍN.		
OBJETO ARQUEOLÓGICO	Tão seca quanto possível		15 °C	25 °C	50	Os objetos arqueológicos há muito tempo enterrados podem ser atacados por sais higroscópicos, que provocam eflorescência nas suas superfícies externas.

Tabela 2: Parâmetros estabelecidos para acervo arqueológico. Fonte: Feliz e Pazin (2010)

b) Coleção AM-IT-#: Médio Urubu

O MPEG foi o grande protagonista quando nos referimos ao Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA, coordenado pelo Mário Ferreira Simões, junto ao casal de arqueólogos Evan-Megggers, que realizava pesquisas arqueológicas em um âmbito nacional. Com o passar do tempo, Simões percebeu a necessidade de promover um Projeto similar, onde a Amazônia tivesse foco, daí surgiu o Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA).

No fim dos anos 1970, o Projeto “Pesquisas Arqueológicas no Médio Urubu”, coordenado por Mário Simões no campo do PRONAPABA, identificou uma variedade de sítios arqueológicos na região do médio Amazonas (Imagem 8), nos atuais municípios de Itacoatiara e Silves (Simões, 1987). As coleções arqueológicas resultantes de tais pesquisas, majoritariamente compostas por materiais cerâmicos e líticos, foram classificadas em fases arqueológicas diferentes, e que estão salvaguardadas na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões.

ocupações humanas na região pesquisada e resultou na identificação de 71 sítios (Imagem 9) (Lima 2009).

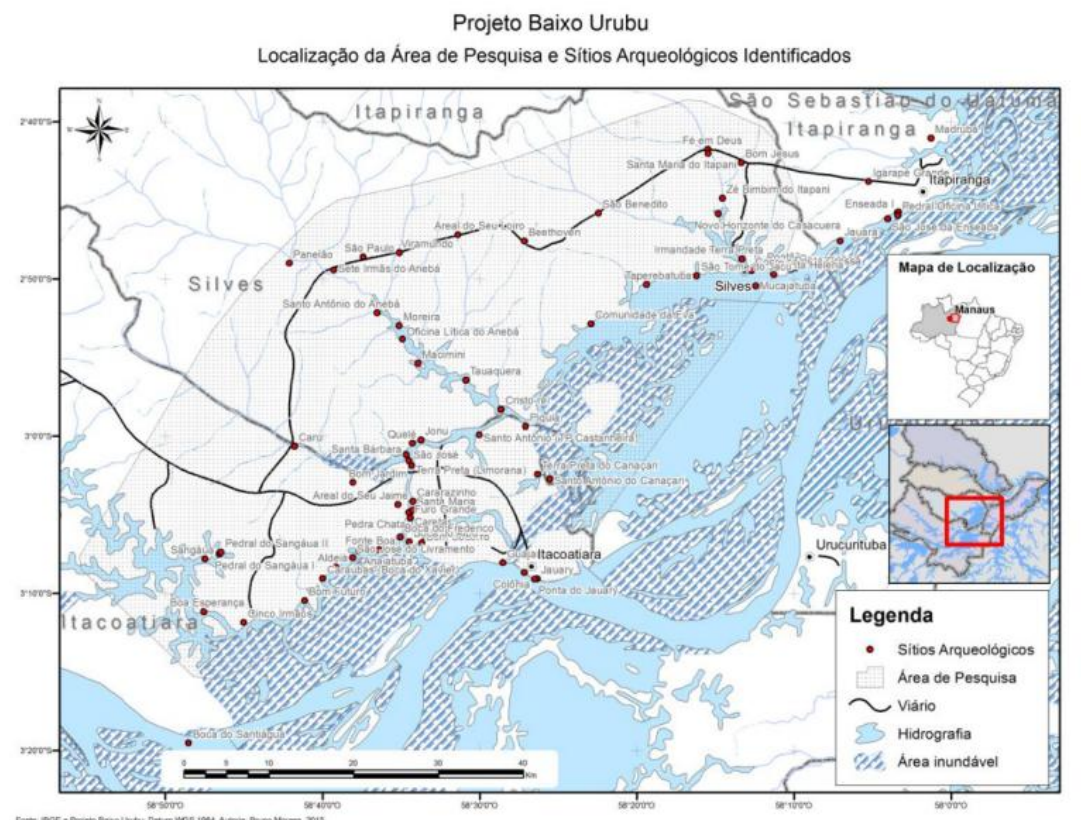


Imagem 9: Mapa mostrando os novos sítios encontrados pelo PBU. Fonte: Lima, 2011.

O material da coleção, há mais de 30 anos salvaguardada na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, está localizado nas estantes de ferro, separadas por prateleiras do mesmo material, onde os fragmentos estão divididos por tipologia e natureza (essas classificações da Arqueologia serão abordadas mais adiante, ainda neste capítulo), em caixas de plástico. A tabela (Tabela 3) a seguir mostra a quantidade de caixas que pertencentes à cada sítio presentes na coleção.

SÍTIOS DA COLEÇÃO	Nº DE CAIXAS
AM-IT-21: Cristo Rei	1 caixa
AM-IT-22: Tauaquera	6 caixas
AM-IT-23: Macimini	5 caixas
AM-IT-24: Santo Antônio	6 caixas
AM-IT-25: São José	2 caixas
AM-IT-26: Santa Barbara	2 caixas
AM-IT-27: Quelé	1 caixa
AM-IT-28: Terra Preta	6 caixas
AM-IT-29: Limorana	1 caixas
AM-IT-30: Pedra Chata	1 caixas
AM-IT-31: Caretas	1 caixas
AM-IT-32: Santa Maria	1 caixas
AM-IT-33: Boca do Frederico	3 caixas
AM-IT-34: Boca do Aibu	4 caixas
AM-IT-35: Bom Socorro	2 caixas
AM-IT-36: Anajatuba	10 caixas
AM-IT-37: Aldeia	1 caixas
AM-IT-38: Boca do Xavier	20 caixas
AM-IT-39: Boa Vista	2 caixas
AM-IT-40: Bom Futuro	2 caixas

AM-IT-41: Sucuriju	35 caixas
AM-IT-42: Piranhas	3 caixas
AM-IT-43: Bruacá	1 caixa

Tabela 3: Relação dos sítios da Coleção AM-IT-#: Médio Urubu e suas caixas correspondentes.

4. Novas Diretrizes de Documentação da Coleção AM-IT-#: Médio Urubu

Nesta etapa do trabalho serão apresentados os campos de informação desenvolvidos para a nova etiqueta e também serão justificadas as razões para tal mudança. As especificações técnicas da etiqueta proposta (Imagem 10) tomam por base as sugestões contidas na obra de Fernanda Camargo-Moro, intitulada *Museu: aquisição e documentação* (1986), na qual estabelece um padrão de preenchimento, que inclui não somente as informações como também a formatação e convenções de preenchimento para cada campo.

A etiqueta aqui sugerida deve ser confeccionada em papel cartão neutro, com os campos impressos em impressora a laser e ter as dimensões 8cmx10cm, de modo a podem caber dentro do menor dos sacos utilizados para a guarda dos materiais arqueológicos, que medem 20cmx13cm. Devem ainda, estas etiquetas serem preenchidas a lápis 6 B, caneta nanquim ou impressas em impressora a laser, para evitar que ocorra migração de pigmentos para os materiais armazenados com material diferente destes.

Segue agora o modelo de etiqueta proposto para o acervo acondicionado em sacos plásticos na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões. Posteriormente serão apresentados os critérios convencionados adotados na elaboração da etiqueta bem como a formatação de preenchimento referente a cada campo da etiqueta, e por fim, o vocabulário a ser adotado em seu preenchimento.

Vale observar que tais convenções são de extrema relevância para qualquer instrumento documental, pois ele garante a uniformidade de critério e vocabulário utilizado das informações contidas na documentação. Nas palavras de Camargo-Moro “As convenções são, portanto, essenciais em todo o processo de decodificação da museália” (1986, p. 89).

1. Coleção Médio Urubu	
2. Sítio:	11. Data de pesquisa:
3. N° de cadastro:	12. Nível:
4. Material:	
5. Natureza:	
6. Antiplástico:	
7. Decoração:	
8. Quant.:	
9. Data de org.:	
10. Obs:	

Imagem 10: Etiqueta elaborada para uso da coleção AM-IT-#: Médio Urubu. Etiqueta: Taynara Sales.

Critérios de formatação do preenchimento da etiqueta

- **Campo 1: Nome da Coleção** (letras maiúsculas e minúsculas, fonte em negrito)
Nesta área ficará o nome da Coleção, pois este campo deve mostrar a qual Projeto/Coleção os materiais pertencem;
- **Campo 2: Nome do sítio** (letras maiúsculas e minúsculas)
A identificação do sítio no qual o material em questão é pertencente.
- **Campo 3: Número de Cadastro Material** (apenas números)
O número de cadastro é a numeração do objeto, que visa sua identificação, autenticidade e segurança do material;
- **Campo 4: Material** (letras minúsculas)
Nesse campo será possível informar qual a tipologia do material;

- **Campo 5: Natureza** (letras minúsculas)
A informação aqui inserida trata-se da funcionalidade do fragmento na peça;
- **Campo 6: Antiplástico** (letras minúsculas, quando houver misturas de substâncias serão separados pelo sinal matemático de adição "+")
O antiplástico é referente à que tipo de substância foi usada na fabricação da argila presente no material;
- **Campo 7: Decoração** (letras minúsculas)
Diversos tipos de decoração podem estar presentes no material, tanto plásticas quanto pintadas;
- **Campo 8: Quantidade** (números)
Quantificação do material;
- **Campo 9: Data de organização** (dia/mês/ano, em números)
Importante para definir por quanto tempo o material está sem tratamento documental periódico;
- **Campo 10: Observações** (letras minúsculas)
Cabe a este campo informações como: restaurações realizadas, troca de sacos, mudança de informações dos campos anteriores, entre outros dados que possam ser relativos à documentação, mas que não se enquadram nos campos acima.
- **Campo 11: Data de Pesquisa** (dia/mês/ano, em números)
A data de pesquisa por se tratar de um acervo que está na reserva há 30 anos e não confundir com a data de análise ou de organização;
- **Campo 12: Nível** (alfanumérico, com separação por hífen "-")
Trata-se da profundidade em que o material escavado foi encontrado.

Coleção Médio Urubu	
Sítio: AM-IT-25: São José Data de pesquisa: 1980	
Nº de cadastro: 1381	Nível: superfície
Material: cerâmica	
Natureza: borda	
Antiplástico: cauxi	
Decoração: inciso	
Quant.: 1	
Data de org.: 01/02/2016	
Obs: Na embalagem anterior informava existência de 2 fragmentos.	

Imagem 11: Exemplo de etiqueta preenchida. Taynara Sales.

Os campos de informações da etiqueta podem ser preenchidos conforme os dados fornecidos nos sacos de papel anteriormente utilizados para a guarda dos fragmentos, onde estão salvaguardados os materiais da coleção. Porém antes de apresentar como as etiquetas podem ser preenchidas, é interessante mostrar a definição das nomenclaturas usadas (Tabela 4), a qual se constitui em um vocabulário controlado adotado no preenchimento de todo instrumento documental, fichas, livros e etiquetas, deste acervo, neste caso específico, as etiquetas que acompanham os fragmentos. A lista de termos autorizados (vocabulário controlado) sugerido para preenchimento das etiquetas e outros instrumentos documentais na Reserva Técnica de Arqueologia Mário Ferreira Simões, a seguir, tem como referência as obras de Igor Chmyz, 1976 & Cristiana Barreto e Helena Lima e Jaimes Betancourt, 2016 (no prelo).

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO
Acanalado	Tipo de decoração que consiste em marcar a superfície da cerâmica com dedos, formando sulcos alongados.
Acordelado	Técnica de confecção de cerâmica que consiste na superposição helicoidal de roletes de pasta, partindo da base ou de uma porção de barro modelada para tal fim.
Aplicado	Tipo de decoração que consiste em fixar uma ou várias tiras ou bolas de pasta, na superfície cerâmica, com efeitos de variadas formas e desenhos.
Antiplástico ou tempero	Matéria introduzida na pasta, para conseguir condições técnicas propícias à uma boa secagem e queima, como: caco triturados, areia, quartzo, conchas, e ossos moídos, cauixi, cariapé, etc.
Base	Parte inferior, de sustentação do vasilhame.
Borda	Parte terminal da parede, junto à boca.
Canelado	Tipo de decoração que consiste em pressionar, com a extremidade
Cauixi	É um espongiário de água doce (<i>Demospongiae</i> , <i>Drulia</i> sp. ou <i>Parmula batesii</i> sp.), que prolifera em águas oxigenadas livres de sedimentos finos em suspensão.
Cariapé	Trata-se das cinzas da casca e entrecasca de plantas do gênero <i>Licania</i> (<i>Licania scabra</i> sp.), que são adicionadas à pasta em proporções e granulações variadas, para a confecção de cerâmica.
Decoração Plástica	Qualquer técnica de decoração que implica em modificações da superfície cerâmica.
Engobo	Tipo de tratamento que consiste em aplicar, antes da queima, uma camada de barro, mais espessa que o banho,

	com ou sem pigmentos minerais, na superfície do vasilhame.
Entalhado	Tipo de decoração que consiste em pequenos cortes executados no lábio do vasilhame ou em qualquer outra parte do mesmo.
Escovado	Tipo de decoração que consiste em passar, na superfície ainda úmida do vasilhame, um instrumento com pontas múltiplas, ou outros objetos que deixam sulcos bem visíveis, guardando entre si certo paralelismo e proximidade.
Exciso	Tipo de decoração que consiste em retirar da superfície da cerâmica, antes da queima, porções de vários tamanhos, formas e profundidades.
Flange	Apêndice semelhante a uma borda horizontal adicionado à parte externa do vasilhame.
Inciso	Tipo de decoração que consiste em incisões praticadas por meio da extremidade aguçada de instrumentos variados, na superfície da cerâmica, antes da queima. As incisões variam em comprimento, largura e profundidade, podendo apresentar secções regulares ou irregulares.
Modelado	Técnica de confecção de cerâmica, à mão livre, a partir de massa uniforme, até atingir a forma desejada.
Nodulado	Tipo de decoração que consiste em repuxar, à mão, a superfície externa da pasta, ocasionando pequenos nós.
Pintado	Tipo de decoração executada antes ou depois da queima da cerâmica, com pigmentos minerais ou vegetais, diretamente sobre a superfície ou sobre engobo ou banho, previamente aplicado, formando padrões. Pode ser executada tanto na superfície externa como na interna, cobrindo toda ou parte das mesmas.

Ponteados	Tipo de decoração feita com pontas, deixando marcas independentes, podendo ser de várias formas e tamanhos.
Simple	Cerâmica sem decoração.
Queima	Ação do fogo sobre a cerâmica para retirar a umidade e endurecê-la através da combustão e oxidação dos minerais e outros elementos contidos na pasta. A queima da cerâmica corre após um período de secagem, e pode ser feita em diferentes ambientes. A partir da observação da coloração da superfície e do núcleo da cerâmica, a queima pode ser classificada em três categorias: oxidante (as cerâmicas com minério de ferro tendem a ficar com colorações em tons de laranja, vermelho e marrom); redutora (em ambientes fechados, com ausência de oxigênio, onde a redução dos minerais resultam em superfícies de coloração branca a negra, passando por todos os tons de cinza) e irregular.

Tabela 4: Relação das nomenclaturas e suas definições. Fonte: Igor Chmyz, 1976 & Cristiana Barreto, Helena Lima e Jaimes Betancourt, 2016 (no prelo). Sistematização em tabela: Taynara Sales.

Em se tratando do preenchimento dos campos da etiqueta os quais dizem respeito à itens que apresentam variação específicas em seu preenchimento, está predefinido com um vocabulário controlado. Este controle é necessário para evitar que termos não autorizados sejam utilizados, podendo comprometer a padronização da informação de preenchimento dos campos.

Deste modo, o campo deve ser preenchido conforme o vocabulário expresso no quadro abaixo:

CONVENÇÃO PARA ETIQUETA BÁSICA			
Nº DO CAMPO	CAMPO NA FICHA	TERMOS AUTORIZADOS	
4	Material	Cerâmica; Lítico	
5	Natureza	Material cerâmico	Material lítico
		Borda, base, corpo, adorno, aplique e flange.	Machado, ponta de flecha, instrumento de corte ou adornos.
6	Antiplástico	Cauixi, cariapé e carvão	
7	Decoração	Decoração Plástica	Decoração Pintada
		Acanalado, aplicado, canelado, carimbado, corrugado, digitado, entalhado, escovado, exciso, impresso, inciso marcado, modelado, nodulado, pontado, roletado, simples.	Engobo branco, engobo amarelo, vermelho

Tabela 5: Termos autorizados para o preenchimento dos campos da etiqueta.

Tabela: Taynara Sales.

O fato de a coleção ter sido escavada e analisada nos anos 1980 faz com que muitas informações estejam ultrapassadas, não no sentido em que as informações estejam erradas, mas sim no sentido de quando as terminologias mudaram com as diversas pesquisas arqueológicas que foram realizadas durante os anos. Isto verifica-se a partir do caso dos termos antiplástico e tempero, que na descrição do Glossário Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia, o tempero é um elemento que foi adicionado à pasta da cerâmica intencionalmente, enquanto podemos nos referir ao antiplásticos como qualquer elemento não plástico que age contra o encolhimento dos corpos cerâmicos após a secagem e a queima, podendo ser adicionados intencionalmente ou estar contidos na argila (BARRETO, LIMA, JAIMES BETANCOURT, 2016). A proposta é que nos campos de informação sejam preenchidos com os dados coletados em campo, no entanto na área onde é indicado “observações”, seja informado a terminologia mais atual.

Considerações Finais

As atividades da Arqueologia envolvem coleta e estudo das informações do material escavado. Em campo, esses materiais recebem etiquetas com informações básicas, que são complementadas após análises laboratoriais, e posteriormente armazenadas em reserva técnica, passando por processos técnicos da Museologia, dentre as quais, a Documentação.

A Documentação Museológica tem por finalidade salvaguardar os objetos, no que diz respeito à suas informações extrínsecas e intrínsecas, por meio do registro escrito e fotográfico. Um dos instrumentos que a Documentação desenvolve para salvaguardar essas informações é a etiqueta, que pode ser usada tanto em reserva técnica, quanto em exposições. Essas etiquetas, com informações básicas, possibilitam a identificação do conteúdo dos objetos acondicionados em embalagens, sem a necessidade de desembalar ou mesmo manusear para saber com exatidão o que está ali armazenado.

Deste modo, essa pesquisa tem sua relevância explicitada para as áreas da Museologia e Arqueologia, ao constatar a necessidade de atualizações periódicas dos campos de preenchimento das etiquetas, pois alguns conceitos podem sofrer alterações (ampliados ou restringidos). Esse fato demonstra a característica interdisciplinar da Museologia, que conecta grandes áreas do conhecimento e se relaciona com estas disciplinas de forma complementar.

A Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, possui um vasto potencial para ampliar as suas informações, usando fontes primárias de documentação originadas em campo arqueológico. Aja vista que muitos documentos não são usados essencialmente para a documentação das coleções, pois são levados em maior consideração os dados obtidos em âmbito de laboratório, e as informações de campo se limitam à dados mais básicos.

Mário Simões foi um arqueólogo criterioso em relação aos registros pessoais e de campo, formou deste modo um acervo documental que apresenta valiosas informações sobre suas coletas de campo, ocorridas nos

anos 1970-1980, que hoje constitui boa parte do acervo da Reserva Técnica que leva seu nome. Assim, cabe lembrar que a partir da documentação gerada por Mário Simões, podem vir a complementar as informações desassociadas ao acervo da Reserva Técnica.

REFERÊNCIAS

BALLART, Josep. *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor Y Uso*. Barcelona: Editorial Ariel Patrimonio Historico. 1997.

BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena e JAIMES BETANCOURT, C. (eds). Glossário. In.: C. BARRETO, H. P. LIMA, C. JAIMES BETANCOURT. *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/IPHAN, 2016. (no prelo)

BARRETO, Mauro Viana. A história da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 203-294, 1992.

BEZERRA, Ivone; SILVA, Hilton P. *Tirando do Pó: uma introdução metodológica sobre o tratamento de remanescentes ósseos humanos de origem arqueológica*. Revista de Arqueologia, v.22, n.2, (ago-dez.2009): 121-135, 2009.

BOTTALLO, M. *A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 6: 287-292, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109275/107773>> Acesso em 14.fev.2016.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 28.mar.2016.

BRUNO, Maria Cristina. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: *Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: Mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa.* JULIÃO, Letícia; BITTENCOURT, José Neves (Orgs). Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. p. 14-23.

BRIET, Suzanne. *Qu'est-ce la documentation?* Paris : EDIT, 1951.

Caderno de Conservação e Restauro de Obras de Arte Popular Brasileira/Museu Casa do Pontal. Rio de Janeiro Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira; Brasília: UNESCO, 2008.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. 2. ed., Brasília: IPHAN, 2006, p. 31-90.

CERÁVOLO, Suely; TÁMALO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: 10: p. 241-253, 2000.

CHMYZ, Igor. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. *In.: Cadernos de Arqueologia*. Ano I – Nº1. Universidade Federal do Paraná. Paraná, Brasil. 1976. p. 119-148.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. Editores Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Tradução e comentários: São Paulo/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DE PAIVA, Jéssica. *A Cultura Arqueológica Maracá na Perspectiva da Documentação Museológica*. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2014.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museus: Aquisição/Documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. – São Paulo: Annablume, 2005.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e Poder: dois movimentos In: *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º19. Lisboa: ULHT. 2002.

_____. *Novos Rumos da Museologia* In: *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º2. Lisboa: ULHT. 1994.

CHILDE, V. Gordon. *Introdução à Arqueologia*. Lisboa-2: Publicações EUROPA AMÉRICA, 1961. (Coleção SABER)

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*/Françoise Choay; trad. Luciano Vieira Machado. – São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

EVANS, Clifford. Amazon Archeology - a centennial appraisal. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica, Antropologia*, v. 2, p. 1-12, 1967.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. In: *Fórum de Museologia do Nordeste*. 4. ed., Recife (mimeo.), out., 1994, [S.P.].

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

FRANCISCO, J.A.S.; LIMA, A.A.; ARÇARI, D.P. *Datação por carbono-14*. Centro Universitário Amparense – UNIFIA. ANO. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2011/gestao_foco_Carbono14.pdf> Acesso em: 08 de fevereiro de 2016.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos. Em Torno da Curadoria de Acervos Museológicos: poucas (mas úteis) considerações. In.: *Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: Mediação em Museus: Curadorias, Exposições, Ação Educativa/Letícia Julião, Coordenadora; José Neves Bittencourt, Organizador. Belo Horizonte: Secretaria De Estado De Cultura De Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.*

IMPEY, Oliver and MACGREGOR, Arthur. *The Origins of Museums: The Cabinets of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. ISBN 1842321323. 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989 [1958]. Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino. In.: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. p. 385-424.

LIMA, H. P. *Projeto Baixo Urubu*. Relatório de Atividades. Manaus, FAPEAM: 2012.

_____; MORAES, B.. *Redes e Sistemas de Interação Regional no Médio Amazonas*. Comunicação apresentada Conferência da Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA). Belém, 2011.

LOUREIRO, José Mauro M; CASTRO, Ana Lúcia S. O Objeto de Estudo da Museologia. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia P. (Org.) *MAST Colloquia: Museu - Instituição de Pesquisa*. Vol. 7, Rio de Janeiro, RJ: MAST, 2005, p. 25-36.

MACHADO, A. L. C. *As tradições ceramistas da bacia amazônica: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu (AM)*. 1991. 1v., il. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1991.

MARCONI, M. A. & PRESOTTO, Z. M. N. 2007. *Antropologia: Uma Introdução*. São Paulo, Atlas.

MATOS, Alexandre. A importância da documentação e gestão das coleções na qualidade e certificações dos Museus. In.: *Ensaíos e práticas em Museologia*. Alice Semede e Patrícia Costa (Org.) Universidade do Porto Universidade do Porto/Faculdade de Letras/Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto. 2011. Vol. 1

MENSCH, Peter Van. Object-document. *ICOFOM Study Series*, Beijing, n. 24, 1994.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. *Relatório Anual da Coordenação de Ciências humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, 2002.

NASCIMENTO, Rosana. *O objecto museal, sua historicidade: implicações na acção documental e na dimensão pedagógica do museu*. Cadernos de Sociomuseologia, nº 11, vol. 11.: ULHT. 1998.

NOVAES, L. R. Da organização do Patrimônio Museológico: refletindo sobre documentação museológica. In: *Museologia Social*, SMC, Porto Alegre, 2000.
OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre*. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

PARDI, M. Lúcia Franco. *Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. – Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Goiás, IGPA, 2002.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação Museológica e Gestão de Acervo*. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p.; il. 19 cm (Coleção Estudos Museológicos, v.2)

PEREIRA, Edithe. O Museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos (1991-2008). *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.*, Belém, v.4, n.1, abr. 2009. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10.jan.2016.

PRATS, L. *Antropologia Y Patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel. 1997.

Princípios básicos da museologia/Evanise Pascoa Costa. - Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. 1992. Brasília, Editora da UNB.

PYE, Elizabeth. Conservation and storage: archaeological material. In.: THOMPSON, John M. A. *Manual of curatorship: a guide to museum practice*. London; Boston: Butterworths, 1984.

SANJAD, Nelson, 2004. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010. 496 p.: il.

SCHEINER, Tereza C. Museologia e Pesquisa: perspectivas na atualidade. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia P. (Org.) *MAST Colloquia: Museu - Instituição de Pesquisa*. Vol. 7, Rio de Janeiro, RJ: MAST, 2005, p. 85-100.

SCHEINER, Tereza. *Museums, Museology and the restitution of cultural heritage at the dawn of a new global ethics*. Some provocative thoughts for ICOFOM 2010 – Rio de Janeiro. Brasil. Disponível em: <<http://docs9.chomikuj.pl/2492430616,PL,0,0,MUSEUMS,-MUSEOLOGY-AND-THE-RESTITUTION-OF-CULTURAL-HERITAGE-AT-THE-DAWN-OF-A-NEWGLOBAL-ETHICS.doc>>. Acesso em: 12.fev.2016.

SIMÕES, M. *Pesquisas arqueológicas no médio rio Urubu (AM)*. Relatório preliminar. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 97 p. Il. 1981. (Inédito)

_____. e MACHADO, A. L. *A tradição regional Saracá: uma nova tradição ceramista da Bacia Amazônica*. In: Resumos da 36ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRSA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (36, 1984, São Paulo). Anais: comunicações. São Paulo: SBPC, 1984. p. 133-13.

_____. *Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (Amazonas)*. *Revista de Arqueologia*, Belém, v. 4, n. 1, p. 49-82, 1987.

SMIT, Johanna W. A Documentação e suas diversas abordagens. In.: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia P. dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p.11-23. V. 10.

STONE, Sheila M. Documenting collections. In.: THOMPSON, John M. A. *Manual of curatorship: a guide to museum practice*. London; Boston: Butterworths, 1984.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. *Conservação preventiva de acervos*. Florianópolis: FCC, 2012. 74p. il. 19cm (Coleção Estudos Museológicos, v.1)

TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo, SP: Odysseus, 2004.

TRINDADE, Doriene M. *A Conservação Preventiva da coleção de Paleoinvertebrados do Museu Paraense Emílio Goeldi: Análise de microambiente*. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2014.

WICHERS, Camila Azevedo de M. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. Tese de doutoramento em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2010.

_____. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: reflexões sobre o contexto brasileiro contemporâneo*. In.: GUIMARAENS, Cêça; RANGEL, Vera; BERTOTTO, Márcia. *Museologia Social e Cultura*. Rio de Janeiro: Rio Book's. 1ª Edição, 2015.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista*. 2009. 123 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

ANEXOS

Anexo 1: Ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, IPHAN.



Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos*
- CNSA -



Nome do sítio: _____

Outras designações e siglas: _____ CNSA: _____

Município: _____ UF: _____

Localidade: _____

Outras designações da localidade: _____

Descrição sumária do sítio: _____

Sítios relacionados: _____

Nome do proprietário do terreno: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

E-mail: _____ Fone/Fax: _____

Ocupante atual: _____

Acesso ao sítio:

Comprimento: _____ m Largura: _____ m Altura máxima: _____ m (a partir do nível do solo)

Área: _____ m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico: _____

Ano de edição: _____ Órgão: IBGE DSG Outro Escala: _____

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central:	Zona:	E:	N:
Perímetro:	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:

GPS DATUM: _____

Em mapa Margem de erro: _____ m

Unidade geomorfológica: _____

Compartimento topográfico: _____

Altitude: _____ m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: _____

Distância: _____ m

Rio _____

Bacia: _____

Outras referências de localização: _____

Vegetação atual:

<input type="checkbox"/> Floresta ombrófila	<input type="checkbox"/> Savana (cerrado)
<input type="checkbox"/> Floresta estacion	<input type="checkbox"/> Savana-estépica (caatinga)
<input type="checkbox"/> Campinarana	<input type="checkbox"/> Estepe
<input type="checkbox"/> Capoeira	

Outra: _____

Uso atual do terreno:

<input type="checkbox"/> Atividade urbana	<input type="checkbox"/> Pasto
<input type="checkbox"/> Via pública	<input type="checkbox"/> Plantio
<input type="checkbox"/> Estrutura de fazenda	<input type="checkbox"/> Área não utilizada

Outro: _____

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra: _____

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria: _____

<input type="radio"/> Unicomponencial	<input type="checkbox"/> Pré-colonial	Tipo de sítio:
<input type="radio"/> Multicomponencial	<input type="checkbox"/> De contato	Forma
	<input type="checkbox"/> Histórico	Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra: _____

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

00002

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | |

Outras:

Quantidade:

Artefatos:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

- | | |
|---------------------|---------------------|
| Artefatos líticos: | Tradições: |
| | Fases: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |
| Artefatos cerâmicos | Tradições: |
| | Fases: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |
| Arte rupestre: | Tradições: |
| | Estilos: |
| | Complementos: |
| | Outras atribuições: |

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Medidas para preservação:

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Data do registro:

Ano do registro:

(para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto:

Nome da instituição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Documentação produzida (quantidade

Mapa com sítio plotado:

Foto preto e branco:

Croqui:

Reprografia de imagem:

Planta baixa do sítio:

Imagem de satélite:

Planta baixa dos locais afetados:

Cópia total de arte rupestre:

Planta baixa de estruturas:

Cópia parcial de arte rupestre:

Perfil estratigráfico:

Ilustração do material:

Perfil topográfico:

Caderneta de campo:

Foto aérea:

Vídeo / filme:

Foto colorida:

Outra:

Bibliografia:

Observações

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Data:

Localização dos dados:

Atualizações

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Anexo 2: Inventário dos sítios existentes na Coleção AM-IT-#: Médio Urubu.
Desenvolvida por Elaína Ferreira.**

SIGLA	NOME	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	DATA DE PESQUISA	RESPONSÁVEL
AM-IT-01	FEITORIA	Margem direita do médio rio Sanabani, o qual desemboca no lago de Silves, no baixo rio Urubu.	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-02	PAU-ROSA	Margem esquerda do médio rio Sanabani.	Silves	20 A 22/05/1970	Mário Simões
AM-IT-03	MANDIOCAL	Margem esquerda do médio rio Sanabani, cerca de 3 km abaixo do sítio AM-IT-2: Pau Rosa	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-04	SANTA ROSA	Margem direita do baixo rio Sanabani, cerca de 2,5 km abaixo do sítio AM-II-3: Mandioccal.	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-05	BOA ESPERANÇA	margem direita do baixo rio Sanabani, cerca de 1,5 km abaixo do sítio AM-IT-4: Santa Rosa.	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-06	PONTÃO	Localizado numa ponta de terra alta do lago de Silves, em frente à cidade do mesmo nome no rumo leste.	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-07	SANTA HELENA	Localizado na parte alta e plana de uma ponta de terra firme que se projeta da margem do lago de Silves, defronte à cidade de Silves	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-08	MOCAJATUBA	Localizado na parte sul da ilha de Silves, próximo da cidade homônima	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-09	PONTA GROSSA	Localizado na parte alta de uma ponta de terra firme que se projeta da orla norte do lago de Silves	Careiro trocar por Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-10	ITAPOCU	Rio Urubu - Lago de Silves	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-11	OUTEIRO	Localizado na parte plana e alta da Ilha de Silves.	Silves	1970	Mário Ferreira Simões
AM-IT-12	TAPEREBATUBA	Margem esquerda do rio Urubu	Silves	1970	Mário Simões

AM-IT-13	SARACÁ	Margem esquerda do rio Urubu, à montante do sítio AM-IT-12: Taperebatuba	Silves	1970	Mário Simões
AM-IT-14	ITACOATIARA	Localizado na área urbana da cidade de Itacoatiara, na margem esquerda do rio Amazonas.	Itacoatiara	1970	Peter Hilbert
AM-IT-15	IRACI	Margem esquerda do Paraná de Silves ou baixo Urubu	Itapiranga	1979	Mário Simões
AM-IT-16	ESPERANÇA	Margem esquerda do Paraná de Silves	Itapiranga	1979	Mário Simões
AM-IT-17	STA MARIA	Margem esquerda do Paraná de Silves	Itapiranga	1979	Mário Simões
AM-IT-18	SÃO JOSÉ	Margem esquerda do Paraná de Silves	Itapiranga	1979	Mário Simões
AM-IT-19	JAUARÁ	Margem esquerda do Paraná de Silves	Itapiranga	1979	Mário Simões
AM-IT-20	PASSARINHO	Margem esquerda do Paraná de Silves.	Itapiranga	1979	Mário Simões
AM-IT-21	CRISTO REI	Santa Helena - conf. Anebá-Urubu	Itacoatiara	15/11/1980	Mário Simões
AM-IT-22	TAUAQUERA	Margem esquerda do rio Anebá, cerca de 5km da foz no Urubu.	Itacoatiara	17/11/1980	Mário Simões
AM-IT-23	MACIMINI	Margem direita do rio Anebá.	Itacoatiara	19/11/1980	Mário Simões
AM-IT-24	STO ANTÔNIO	Margem direita do rio Urubu	Itacoatiara	21/11/1980	Mário Simões
AM-IT-25	SÃO JOSÉ	Margem direita do rio Caru	Itacoatiara	1980	Mário Simões
AM-IT-26	STA BÁRBARA	Margem direita do rio Urubu	Itacoatiara	1980	Mário Simões
AM-IT-27	QUELÉ	Igarapé Quelé - Margem esquerda do rio urubu	Itacoatiara	22/11/1980	Mário Simões
AM-IT-28	TERRA PRETA	Margem direita do rio Urubu	Itacoatiara	24/11/1980	Mário Simões
AM-IT-29	LIMORANA	Margem direita do rio Urubu	Itacoatiara	25/11/1980	Mário Simões
AM-IT-30	PEDRA CHATA	Margem esquerda do rio Urubu	Itacoatiara	25/11/1980	Mário Simões
AM-IT-31	CARETAS	Margem esquerda do rio Urubu	Itacoatiara	26/11/1980	Mário Simões
AM-IT-32	STA MARIA	Margem direita do rio urubu	Itacoatiara	26 a 27/11/1980	Mário Simões
AM-IT-33	BOCA DO FREDERICO	Confluência do igarapé Frederico c/ rio Urubu	Itacoatiara	27 a 28/11/1980	Mário Simões
AM-IT-34	BOCA DO AIBU	Fazenda Aibu - boca do lago Aibu	Itacoatiara	29/11/1980	Mário Simões
AM-IT-35	BOM SOCORRO	Margem oriental do lago Aibu	Itacoatiara	29/11/1980	Mário Simões

AM-IT-36	ANAJATUBA	Margem esquerda do rio Urubu	Itacoatiara	30/11 a 01/12/1980	Mário Simões
AM-IT-37	ALDEIA	Margem esquerda do rio urubu	Itacoatiara	02/12/1980	Mário Simões
AM-IT-38	BOCA DO XAVIER	Fazenda Caraúba - margem esquerda do rio Urubu	Itacoatiara	02 a 05/12/1980	Mário Simões
AM-IT-39	BOA VISTA	Margem esquerda do rio Urubu	Itacoatiara	06/12/1980	Mário Simões
AM-IT-40	BOM FUTURO	Margem esquerda do rio Urubu	Itacoatiara	06/12/1980	Mário Simões
AM-IT-41	BELO HORIZONTE	Margem esquerda do rio Urubu	Itacoatiara	06/08/12/1980	Mário Simões
AM-IT-42	LAGO DAS PIRANHAS	Margem sudeste do lago das Piranhas	Itacoatiara	10/12/1980	Mário Simões
AM-IT-43	BRUACÁ	Fazenda Topázio - Lago Bruacá	Itacoatiara	1980	Mário Simões